

## Sindicalistas se reúnem com Mourão e criticam reforma da Previdência

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, disse que a entidade vai realizar uma assembleia nacional, no próximo dia 20 de fevereiro, para construir alternativas à proposta de reforma da Previdência do governo federal

Segundo Freitas, a CUT também vai atuar no Congresso visando mudar o texto a ser encaminhado para análise dos deputados e senadores. Ele esteve reunido ontem (7) com o vice-presidente, Hamilton Mourão, em Brasília, para apresentar as preocupações da classe, especialmente em relação ao modelo de capitalização, que está sendo estudado pelo governo.

“Esse é um desenho que conhecemos, favorece o capital financeiro nacional e internacional, tira direitos de trabalhadores, não garante a aposentadoria e, mais que isso, impede que você tenha benefícios e assistência social”, disse Freitas sobre o modelo de capitalização. “Defendemos uma Previdência pública, social, para todos, e não uma poupança para alimentar os banqueiros”, acrescentou.

O modelo de capitalização da Previdência é uma espécie de poupança, em que o próprio trabalhador financia sua aposentadoria no futuro. No atual



Os presidentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Firmino de Santana, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas.

modelo, as contribuições dos trabalhadores ativos financiam as aposentadorias.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo não deve utilizar o texto da reforma da Previdência que tramita na Câmara dos Depu-

tados, apresentado ainda no governo de Michel Temer.

A nova proposta, mais complexa, inclui não apenas a reforma do atual sistema, mas a implantação do novo sistema de capitalização. Com a apresentação de um novo projeto, a

reforma deve levar mais tempo para ser aprovada, previsto em cerca de quatro meses.

O ministro também defendeu uma nova modalidade de contratação trabalhista, por meio da chamada carteira de trabalho verde e amarela, que seria a porta de entrada para o regime de capitalização previdenciária. Para o presidente da CUT, essa modalidade precariza as contratações trabalhistas. “Uma coisa é emprego, outra coisa é bico, não vamos confundir as coisas”, disse.

A geração de empregos também foi tema da reunião com o vice-presidente, Hamilton Mourão. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, disse que a política industrial brasileira precisa ser fortalecida e gerar competitividade, para que as empresas garantam empregos de qualidade. “Temos que ter uma indústria que transforma, novas tecnologias, e para isso, precisa de incentivos, precisa de um BNDES fortalecido, precisa de um sistema de qualificação dos trabalhadores”, destacou (ABR).

## Eu fiz a repatriação de acordo com a Lei. E agora?

Marcelo Gomes (\*)

Um grande número de empresas e indivíduos reconheceram a existência de movimentações financeiras, repatriaram recursos e quitaram seus débitos perante o Fisco

Em primeiro lugar, é preciso deixar bem claro que manter recursos no exterior não é crime. Essas contas existem para proteger patrimônios, facilitar negócios com empresas estrangeiras em transações no exterior ou facilitar a vida em dupla cidadania, dentre outras justificativas.

O crime de sonegação também não enseja a prisão do proprietário da conta, caso ela tenha sido reconhecida nos termos da Lei e os impostos recolhidos nos prazos corretos.

Ora, se fiz a repatriação nos termos da Lei por que haveria de me preocupar com algum tipo de risco? Afinal, não tenho envolvimento com o crime organizado, nem estou na lista dos alvos de operações de combate à corrupção iniciadas pelas autoridades brasileiras.

Tudo isso pode ser verdade ou não. Nesse momento, chamo para reflexão: você tem consciência de toda a movimentação dessas contas? Quem lhe fez os depósitos no exterior, encaminhou os recursos de sua própria conta ou de terceiros? Para cada crédito em sua conta no exterior, você sabe quem e por que lhe fez depósitos?

Por exemplo, se você hipoteticamente quis trazer recursos para o Brasil, utilizou doleiros? Para cada débito na sua conta no exterior, sabe quem lhe depositou os recursos em suas contas no Brasil? Se não há respostas seguras a essas perguntas, receio que seus problemas com o Fisco estão regularizados, mas a exposição

a outros riscos envolvendo crimes de corrupção ou lavagem de dinheiro são iminentes.

Transações em contas no exterior via terceiros ou doleiros podem ensejar o uso da conta de terceiros para lavar dinheiro sujo, utilizando recursos limpos para legitimar operações de criminosos. Evitar implicações em procedimentos criminais e exposição desses na mídia pode ser primordial para a reputação pessoal e dos negócios.

O primeiro movimento para minimizar o risco de exposição é ter um advogado criminal que apresentará o caso nos órgãos de repressão ao crime. Também é importante preparar um comunicado de boa-fé, informando a esses órgãos as transações realizadas, com quem o limite legal de acesso a informações financeiras pode ser alcançado e como elas se efetivaram nas entradas e saídas da conta no exterior.

Esse comunicado, subsidiado por um laudo pericial extrajudicial, descrevendo as transações e anexando os documentos probatórios de uma ação de investigação própria, aprimora a credibilidade do comunicante. Com tudo isso, as chances de exposição do nome do indivíduo ou da empresa se reduzem drasticamente.

As chances de um acordo de leniência ou de colaboração premiada, com penalidades mais brandas também são maiores. Por fim, toda essa preocupação está fundamentada na Ação 14 para o ano de 2019 definida pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e a Lavagem de Ativos, que deixa bem clara a intenção de investigar crimes de lavagem de dinheiro decorrentes de crimes tributários — e aqui pode-se ler “repatriação de ativos”.

(\*) - Sócio de Contabilidade Forense e Suporte a Litígios da KPMG no Brasil (www.kpmg.com.br)

## Mesa do Senado terá 11 partidos representados

Jefferson Rudy/Ag. Senado



A única restrição à chapa única foi levantada pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele afirmou que a indicação de Flávio Bolsonaro para a terceira-secretaria não seria “de bom tom”.

O Senado completou ontem (7) a sua Mesa, com a eleição dos demais cargos que ainda estavam pendentes após a eleição do presidente da Casa Davi Alcolumbre. Num fato inédito na história recente da Casa, 11 partidos ocuparão os 11 cargos, sem que nenhuma legenda ocupe mais de um posto de direção.

A primeira-vice-presidência permanece com o PSD e será exercida pelo senador Antonio Anastasia (MG). O segundo-vice-presidente será o senador Lasier Martins (Pode-RS), que se transferiu para a legenda nos últimos dias e recebeu a indicação.

Segunda maior bancada da Casa, o PSD (9 senadores) se encarregará da Primeira-Secretaria, com o senador

Sérgio Petecão (AC). Já a maior bancada, o MDB (13 senadores), ficará com a Segunda-Secretaria — o indicado foi o senador Eduardo Gomes (TO). É a primeira vez que nenhuma das maiores bancadas ocupa cargos de presidência ou vice-presidência.

A Terceira-Secretaria terá como titular o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e a Quarta, o senador Luis Carlos Heinze (PP-RS). Os quatro suplentes da Mesa serão os senadores Marcos do Val (PPS-ES), Weverton (PDT-MA), Jaques Wagner (PT-BA) e Leila Barros (PSB-DF).

Os membros da Mesa foram eleitos em chapa única, que recebeu 72 votos favoráveis e 2 contrários. Houve ainda 3 abstenções (Ag. Senado).

## Comissão de deputados vai hoje a Brumadinho

A comissão externa da Câmara dos Deputados, criada para acompanhar as consequências do rompimento da barragem de Vale, irá a Brumadinho hoje. A visita técnica dos deputados inclui reuniões com bombeiros, Defesa Civil e Gabinete de Crise instalado na cidade. Segundo o coordenador da comissão, deputado Zé Silva (SD-MG), neste semestre serão realizadas audiências públicas e a revisão das leis, especialmente a que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/10). Para o deputado, deverá haver um esforço concentrado no plenário da Câmara, no próximo mês, para tratar da legislação.

“Talvez seja mais efetiva uma semana de esforço concentrado só para aprovar a legislação referente à segurança de barragens”, afirmou. Para ele, a comissão pode levantar os projetos em condições de votação e submetê-los ao colégio de líderes. De acordo com o relator da comissão, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), a prioridade é a revisão da legislação (ABR).

## Pedido de CPI sobre rompimento de barragem é protocolado no Senado

O pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as causas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG) foi protocolado ontem (7) na Mesa do Senado.

O requerimento, entregue pelos senadores do PSD Otto Alencar (BA) e Carlos Viana (MG), tem 42 assinaturas, 15 a mais que o mínimo exigido. Segundo o senador Carlos Viana, inicialmente a comissão não tem caráter punitivo, mas sim voltado para a proposição de uma legislação mais moderna.

Viana, que pretende ser o relator da comissão, lembrou a criação recente da Agência Nacional de Mineração. Segundo ele, o órgão não tem estrutura suficiente para fiscalizar a situação das barragens de rejeitos. “Se tivéssemos modernizado a legislação na hora certa, se tivéssemos



Segundo o senador Carlos Viana, inicialmente a comissão não tem caráter punitivo, mas sim voltado para a proposição de uma legislação mais moderna.

permitido uma agência mais moderna, teríamos salvado a vida dessas pessoas”, afirmou.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), um dos que assinaram o requerimento, adiantou que na próxima terça-feira (12), o documento deve

ser lido no plenário da Casa. A partir daí, os líderes podem indicar os nomes que vão compor a comissão. Serão 11 titulares e sete suplentes. A CPI deve ter duração de 180 dias e limite de despesas de R\$ 110 mil (ABR).

## Reunião de líderes vai discutir Reforma da Previdência e presidência das comissões

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, marcou reunião de líderes partidários para a próxima terça-feira (12). Além de determinarem a pauta de votações, o grupo vai tratar também da Reforma da Previdência, que deve ser analisada primeiro na Câmara dos Deputados. De acordo com Davi, o “sentimento grande” dele e dos senadores é o de que a prioridade da Casa é a Reforma da Previdência.

— Existem alguns senadores que querem, paralelamente às discussões da Câmara, já irem se reunindo com os líderes que estão tratando no assunto na Câmara para tentar adiantar o debate no Senado. E isso é muito bom porque mostra que queremos aprovar as reformas e votar os projetos importantes



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

— ressaltou. Davi informou também que as negociações em torno da distribuição das comissões entre os partidos continuam. — Ainda tem uma disputa

em duas comissões. A gente vai construir com os líderes [o acordo]. E o MDB com certeza fica com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) (Ag. Senado).

## Juristas apresentam propostas para modernizar lei sobre drogas

A comissão de juristas criada para modernizar a Lei 11.343/2006, que estabelece o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, entregou ONTEM (7) ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), o relatório final com propostas para atualizar a legislação.

Segundo o relator da comissão, desembargador Ney Bello, o projeto prevê a descriminalização do uso de drogas para uso pessoal em até dez doses. “Nosso projeto não contempla a liberalização de drogas, apenas a descriminaliza, coloca a questão do uso pessoal no seu devido lugar, da liberdade pessoal até dez doses,

ou seja, em pequenas quantidades, sem a legalização da venda, do comércio e da produção”, disse, ao sair da residência oficial da Presidência da Câmara.

O jurista explicou que cada tipo de entorpecente terá uma quantidade específica do que é considerado dose individual. Ele acrescentou que o colegiado estabeleceu uma tabela baseada na comparação do que é feito no mundo para que tenha vigência até o momento em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) regulamente qual é a quantidade específica para cada droga.

“Por exemplo, maconha seria 1 grama

cada dose, estando descriminalizado o porte e uso até 10 gramas no projeto como norma de transição até que a Anvisa assim disponha”, completou o desembargador.

Segundo o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Marcelo Ribeiro Dantas, o projeto prevê punições mais severas ao tráfico internacional e ao financiamento ao tráfico. “O objetivo é que a repressão ao tráfico aumente. Nós vamos tentar passar para uma repressão inteligente ao tráfico, principalmente, o grande tráfico, para que essa repressão deixe de se direcionar ao pequeno vendedor de drogas da esquina”, disse (ABR).